

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS EMPRESAS E SUA IMPORTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Wender Fraga Miranda

Maria Aparecida Coelho Salgado Barbosa

Mestrandos em Ciências Contábeis pela FUCAPE – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças.

RESUMO

A necessidade de se tornar mais evidentes os Relatórios Contábeis vêm, continuamente, buscando estudos de como implementar esta ciência milenar. A Demonstração do Fluxo de Caixa, surge como uma valiosa ferramenta para agregar informações aos usuários da Contabilidade, estando já legitimado em alguns países como Estados Unidos, Canadá, Países do Reino Unido, e em fase de implantação em outros países, como no Brasil.

Apresentar a relevância da Demonstração do Fluxo de Caixa, de modo a permitir uma melhor análise dos índices econômico-financeiros das empresas é o objetivo deste estudo. Baseado em dados e referências bibliográficas existentes, pretende-se evidenciar a aplicabilidade dos fluxos de caixa nas empresas brasileiras de forma a gerar informações confiáveis, de fácil entendimento, e utilizar essas informações para sobreviver no mercado com concorrência e obter rentabilidade financeira.

Conclui-se, portanto, que a Demonstração de Fluxo de Caixa, independente de ser um instrumento que possa vir a substituir a Demonstração de Origem e Aplicação dos Resultados, como prevê o Projeto de Lei nº. 3.741/2000 para alteração da Lei das S.A.³ em tramitação no Congresso Nacional, é um instrumento eficaz para análise da liquidez das empresas.

Palavras-chaves: Fluxo de Caixa; liquidez; ferramenta contábil.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - nas Empresas, ainda que acompanhada das demais demonstrações contábeis, de igual valor, permitindo, tanto no âmbito interno quanto externo, o acesso às informações para adequada análise de liquidez. O presente trabalho justifica-se em virtude da ampla discussão quanto a aplicabilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa.

As informações de Caixa estão ganhando espaços no mundo dos negócios. Com a estabilidade da economia, os instrumentos de planejamento tornam possíveis e necessários. “As informações de natureza econômica e financeira, ainda assim, constituem o núcleo central da Contabilidade.” (Iudícibus, Martins e Gelbcke 2000, pág.43)

Cada vez mais as empresas têm necessidade de produzir com mais eficiência e eficácia, para atender a mercados cada vez mais exigentes, para isso, esforços contínuos são empreendidos a fim de se obter, no âmbito financeiro, um equilíbrio entre os fluxos de caixa, ou seja, os ingressos devem ser suficientes para cobrir os desembolsos de caixa, bem como os excedentes devem ser protegidos, aplicando-os.

Eficiência na gestão financeira dos recursos, principalmente em tempos de globalização de mercados, constitui uma exigência para as empresas que desejam ter competitividades no mercado, o qual, vem exigindo produtos e serviços, a custos e preços cada vez menores e com melhor qualidade. Todos esses aspectos fazem com que os gestores financeiros tomem

³ Lei 6.404/76 (das Sociedades por Ações)

decisões rápidas, seguras e eficientes, em termos de captação e aplicação de recursos financeiros.

Mesmo em tempos de inflação controlada e de mercados em expansão, a boa gestão dos recursos faz com que a empresa se torne mais bem preparada para futuros não tão promissores. Portanto, mesmo em um cenário favorável e em situações normais, deve existir um sistemático planejamento controle e verificação sobre os fluxos de caixa.

Usando as palavras de Shoo Ledyard, *controller* da Charlotte Hornets,

O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora, poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financie (GITMAN, 1997, p. 586).

Atualizando o fluxo de caixa continuamente é possível diagnosticar e prognosticar os objetivos de liquidez e rentabilidade para um período, de forma quantificada em função das metas propostas.

O planejamento da liquidez da empresa é relevante devido ao fato de que, com liquidez a empresa apresenta maior possibilidade de atingir suas metas, tais como: garantias para adquirir novos empréstimos e financiamentos, mais credibilidade e segurança para seus clientes, abertura de mercado para fornecedores, disponibilidades para os proprietários, controle de capital de giro e conseqüentemente manter uma posição estável no atual ambiente competitivo.

Esse trabalho delimita-se ao estudo teórico e empírico da DFC especialmente com relação a sua relevância na análise da liquidez das empresas. Apesar de essa demonstração ser a possível substituta da DOAR, conforme Projeto de Lei nº 3.741/2000 proposto pela Comissão de Valores Mobiliários, ela é apenas comentada nos aspectos essenciais, não sendo o propósito deste trabalho a discussão de tal substituição.

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica com levantamentos de artigos e obras de vários autores, de pensamentos divergentes, o que enriquece ainda mais o trabalho. Partiu-se do pressuposto de que o cruzamento das correntes de diferentes autores permitiria superar limitações inerentes ao assunto.

2. FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA

Segundo os autores: Assaf Neto (1995), Silva (1995), Marion (1997), Gitman (1997), Campos Filho (1999), as empresas podem optar entre apresentar o Fluxo de Caixa pelo Modelo Direto e Indireto.

A elaboração do fluxo de caixa, pelo método direto, conterà as informações mais detalhadas do comportamento do caixa, e pelo método indireto com base nos relatórios contábeis, ambas sempre mostrando a empresa por inteiro do ponto de vista financeiro.

Deve-se observar que a Demonstração do Fluxo de Caixa procura ajustar o lucro líquido da aplicação do princípio de competência para o princípio de caixa, podendo ser dividido em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Nas atividades operacionais, faz-se o ajuste do lucro líquido com relação às despesas que não incorrem em desembolso de caixa; como por exemplo, a depreciação. É uma variação econômica e não financeira, pois não houve entrada ou saída de dinheiro.

Na atividade operacional, uma conta importante para ser analisada é o estoque. A sua rotação deve ser analisada sob o foco da rotação média no período, pois uma empresa pode estar adquirindo um volume maior de mercadorias num determinado período, por questão de investimentos, prejudicando na análise de liquidez imediata, quando sua reclassificação em investimentos evitaria que o ganho econômico permaneça oculto no Ativo.

No tocante aos investimentos, a DFC irá tratar daqueles recursos empregados nas organizações que fazem parte de ativos de curto prazo, normalmente investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

Os financiamentos apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa, fruto de operações à longo prazo, que poderá ter como origem capital próprio e ou de terceiros, como empréstimos de bancos.

Segundo Campos Filho (1999, p. 49), quanto à utilização de um ou outro método, é importante considerar a realidade da empresa, além dos aspectos técnicos. Todos os dois métodos apresentam suas vantagens e desvantagens, o importante é que, em relação a informações para administrar e gerenciar negócios, pelo menos duas condições devam estar presentes: “[...] essas informações devem representar 100% das atividades da empresa; e [...] as informações devem ser geradas por critérios técnicos e não por critérios fiscais, que visam pagar menos tributos.”

Como podemos perceber, são duas estruturas diferentes, dois caminhos distintos para se obter a informação, porém os grupos de atividades são comuns e se apresentam na mesma seqüência: o operacional, os investimentos e os financiamentos.

Pela teoria positiva da contabilidade, as empresas buscam as melhores opções de apresentarem seus relatórios contábeis, levando em conta a necessidade de minimizar custos.

Os quadros 01 e 02 apresentam os métodos de Fluxo de Caixa: O Método Direto e o Método Indireto.

Quadro 01: Fluxo de Caixa – Método Direto segundo FAZ (Financial Accounting Standard) 95

FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

Entradas e Saídas de Caixa e Equivalentes de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

- Venda de mercadorias e serviços (+)
- Pagamento de Fornecedores (-)
- Salários e encargos sociais dos empregados (-)
- Dividendos recebidos (+)
- Imposto e outras despesas legais (-)
- Recebimento de seguros (+)
- Caixa Líquido das Atividades Operacionais (+/-)*

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:

- Venda do imobilizado (+)
- Aquisição de imobilizado (-)
- Aquisição de outras empresas (-)
- Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (+/-)*

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

- Empréstimos líquidos tomados (+)
- Pagamento de leasing (-)
- Emissões de Ações (+)
- Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (+/-)*

Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa – início do ano

Caixa e equivalentes de caixa – final do ano

Quadro 02: Fluxo de Caixa – Método Indireto segundo FAS 95

FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	
Entradas e Saídas de Caixa e Equivalentes de Caixa	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
	Lucro Líquido
	Depreciação e amortização (+)
	Provisão para devedores duvidosos (+)
	Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)
	Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)
	Aumento/diminuição em contas a receber (-/+)
	Aumento/diminuição em estoques (-/+)
	Caixa Líquido das Atividades Operacionais (+/-)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	
	Venda de imobilizado (+)
	Aquisição de imobilizado (-)
	Aquisição de outras empresas (-)
	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (+/-)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	
	Empréstimos líquidos tomados (+)
	Pagamento de leasing (-)
	Emissão de ações (+)
	Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos (+/-)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa – início do ano	
Caixa e equivalentes de caixa – final do ano	

Equivalentes-caixa: “Investimentos de altíssima liquidez, conversíveis em uma quantia conhecida de dinheiro e que apresentam riscos insignificantes de alteração de valor” (IASB). O prazo de realização dos equivalentes-caixa é de três meses.

Em notas explicativas, o *Financial Accounting Standards Board* - FASB exige a descrição dos critérios para definição dos equivalentes-caixa e o *International Accounting Standard Board* - IASB a descrição dos próprios investimentos.

3. A CONTABILIDADE E FLUXO DE CAIXA

Pela contabilidade adota-se o regime de competência, que objetiva apurar a capacidade de gerar lucro. Somos a geração *regime de competência*⁴, encontramos dificuldades para gerar e utilizar informações de caixa. Usar regime de caixa produz distorções na mensuração do resultado operacional. Por esta razão, entende-se ser a Demonstração de Fluxo de Caixa mais um recurso da contabilidade, não substituindo em momento algum os demais demonstrativos contábeis, em especial, a demonstração do resultado e o balanço patrimonial. Apesar da maior simplicidade do registro pelo fluxo financeiro, a desvinculação entre o recebimento e pagamento pode gerar distorções no resultado do exercício, conseqüentemente na apuração do lucro ou prejuízo.

No Brasil, a metodologia utilizada é regime por competência, já que a divulgação da DFC ainda não é obrigatória, apesar de algumas empresas a disponibilizarem nos seus relatórios contábeis. Com relação ao regime de competência versus caixa, Iudícibus (1989, p.2) observa que “os contadores têm experiência em chegar ao fluxo de caixa a partir do regime de competência, mas não o caminho inverso”.

⁴ FILHIO, Ademar Campos. *Demonstração dos Fluxos de Caixa - Uma Ferramenta Indispensável para Administrar sua empresa*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 19.

Entretanto, para fins de gerenciamento financeiro, a disritmia entre o ciclo contábil e o financeiro, deve ser considerável. É mais fácil entender fluxo financeiro do que fluxo contábil, pois não ter caixa para pagar os salários no mês traz mais prejuízos à empresa do que ter prejuízo contábil no mês. No mundo dos negócios, o dinheiro é o denominador comum à maioria das transações.

Segundo Martins (apud Teles, 1997, p. 65), afirma que as demonstrações contábeis e o fluxo de caixa têm entre si uma ligação complementar. Segundo o mesmo autor, para a análise da evolução do patrimônio e para o conhecimento da sua efetiva rentabilidade, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial respondem eficientemente. Já para uma análise financeira de curto prazo o Fluxo de Caixa é mais útil. Não podendo esquecer que o acompanhamento da liquidez da empresa é tão importante quanto o da sua rentabilidade, pois a empresa pode ter lucros fantásticos e vendas crescentes, mas, se não tiver um fluxo de caixa bem administrado, corre o risco de não ter sua continuidade amparada.

Freqüentemente encontramos na literatura, abordagens sobre o confronto da Demonstração do Fluxo de Caixa versus a DRE e DOAR.

3.1 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) versus Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Na DFC há o confronto de receitas e despesas, já realizadas financeiramente, num determinado período. Na DRE há o confronto de receitas e despesas, pelo regime de competência, independente de terem ou não já realizadas financeiramente. Na DRE é evidenciada a lucratividade da empresa, e na DFC o que se evidencia é a liquidez, porém, pelo regime de caixa, informações diferentes e não excludentes.

3.2 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) versus Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Uma das informações fornecidas pela DOAR é a variação do Capital Circulante Líquido (CCL). O CCL é a diferença entre o Ativo Circulante Líquido e Passivo Circulante Líquido, podendo ser positivo ou negativo, o CCL positivo dá à empresa certa estabilidade financeira. Já a DFC é de bem mais fácil entendimento, mostra o montante disponível, principalmente para o usuário que não tenha um conhecimento profundo de Contabilidade.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 361) "[...] os estudos empíricos vêm sistematicamente comprovando é, na verdade, uma grande complementariedade entre estas duas demonstrações (DOAR e DFC), e não que elas sejam mutuamente excludentes."

4. RECONHECIMENTO DO FLUXO DE CAIXA PELA FASB E O PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO NO BRASIL

Por determinação do FASB – *Financial Accounting Standards Board* – Comitê de Normas Contábeis, por meio do FAS – *Financial Accounting Standard* – nº. 95, definiu-se o modelo da Demonstração dos Fluxos de Caixa e os critérios a serem adotados para gerar este relatório. A partir desta data, todas as empresas nos Estados Unidos, efetuaram a substituição da DOAR pela DFC e tem sido seguida internacionalmente em países do Reino Unido, que a exigência passou a ser feita a partir de 1992. Outros países, como o Brasil, estudam a mudança.

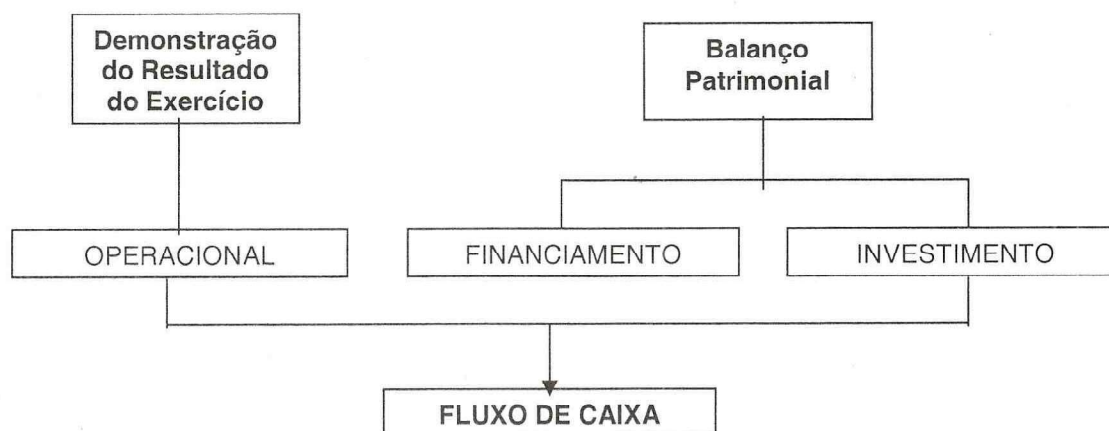
O Projeto de Lei nº. 3.741/2000, proposto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em tramitação no Congresso Nacional, propõe a substituição da DOAR pela DFC, mas seguindo alguns pontos a serem discutidos. Esta DFC deveria capturar o efeito no caixa das transações econômicas, no momento em que o efeito financeiro ocorresse. No modelo do FASB, isso não acontece, não estão explícitos os efeitos no caixa das transações que envolvem ingressos e saídas simultâneos de dinheiro, produzindo informações diferenciadas nos três grupos de atividade da DFC, Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos.

Adotando os pontos de vista de Santos e Lustosa (1999), os aspectos controversos do modelo adotado pela FASB para o Brasil de destaca:

- Tratamento das transações de investimentos e financiamentos sem efeito no Caixa (transações virtuais de caixa).
- Tratamento dos investimentos de curto prazo de altíssima liquidez, os chamados equivalentes-caixa.
- Método direto ou indireto para apurar o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
- Classificação de certas movimentações (juros e dividendos, pagos e recebidos, liquidação das compras e vendas a prazo) pelos três grupos de atividades.
- Tratamento das entradas e saídas de caixa das transações de desconto de duplicatas.

A Figura 01 apresenta uma visão da importância da Demonstração de Fluxo de Caixa para a empresa, e a relação da Demonstração do Fluxo de Caixa com a Demonstração de Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial. Na realidade, a figura mostra uma engrenagem na qual o Fluxo de Caixa alimenta as três atividades e fornece as bases para a continuidade da empresa.

Figura 01: Interligação entre as Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento com as Demonstrações Contábeis.



5. A CRESCENTE NECESSIDADE DE SE DEMONSTRAR O FLUXO FINANCEIRO DA EMPRESA.

Até três décadas atrás aproximadamente, as demonstrações contábeis resumiam-se em Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, também já aparecia como um terceiro demonstrativo, mas ainda sem muita expressão.

Com a crescente necessidade de se conhecer os fluxos de caixa com o decorrer do tempo, passou-se, então, a integrar o conjunto de demonstrações financeiras, um outro demonstrativo que abrangesse as movimentações de recursos financeiros não encontradas na Demonstração do Resultado do Exercício.

No Brasil adotou-se a DOAR, com o advento da Lei 6.404/76, que veio evidenciar as variações sofridas na Capital Circulante Líquido - CCL, mas com grandes dificuldades de interpretação, por partes de muitos leitores.

O *Financial Accounting Standard Board - FASB*, começou seu projeto de reportar o Fluxo de Caixa no início da década de 80 e, em 31 de julho de 1986, publicou o Boletim nº 23, propondo que as empresas norte-americanas passassem a apresentar um relatório de Fluxo de Caixa das atividades operacionais, em lugar da tradicional DOAR.

O Boletim nº 95 de 1987, *Statement of Cash Flows* que tornou obrigatória a Demonstração dos Fluxos de Caixa como parte integrante das demonstrações financeiras em substituição às Demonstrações de Mutações na posição financeira, preconizava as duas formas de apresentação do Fluxo de Caixa adotadas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*, ou seja, Método Direto e Método Indireto de Fluxo de Caixa.

6. FINALIDADE DO FLUXO DE CAIXA

A empresa não precisa ter uma crise para estar com problemas de caixa. Se ela tem disponibilidade para suprir suas obrigações de caixa, diz-se que está líquida, ou que tem liquidez suficiente, caso contrário a empresa fica sem liquidez.

Um dos segredos para a realização de bons negócios é o planejamento. Atualmente, na avaliação de uma empresa, seu valor patrimonial deixou de ser o principal elemento de avaliação para dar lugar a sua capacidade de geração de fluxo de caixa, que implica previsão do dinheiro que você poderá dispor em cada momento de seu negócio.

Há muito tempo se sabe que uma empresa pode operar sem lucro por muitos anos, desde que tenha um fluxo de caixa adequado. O oposto não é verdade. Na verdade, uma aperto na liquidez costuma ser mais prejudicial que um aperto nos lucros. (DRUCKER, 1992, p. 174).

Por definição, fluxo de caixa é a previsão das entradas e saídas de dinheiro na empresa por um determinado período de tempo.

Teles (1997), revela que tipo de informação da Demonstração de Fluxo de Caixa é relevante para administradores, credores, emprestadores e acionistas:

Informações relevantes para administradores financeiros internos: no intuito de preservar a sua continuidade operacional, a empresa precisa dos fluxos de caixa necessários para honrar suas obrigações, adquirir e financiar os ativos circulantes e fixos. Os salários dos empregados, os fornecedores, os dividendos a acionistas, etc. são pagos em caixa. E, normalmente, os problemas de insolvência ou falta de liquidez ocorrem por falta de uma administração adequada do Fluxo de Caixa.

Informação relevante para credores e emprestadores em geral: a Demonstração de Fluxo de Caixa revela a composição dos fluxos de caixa, na medida em que deixa bem nítido de onde provêm os recursos necessários para a continuidade da empresa: quanto dos recursos é proveniente de atividades operacionais, de atividades de investimentos e atividades de financiamento. Deixa evidenciada a capacidade de pagamento da empresa e serve de base para projeções de fluxos de caixa futuros.

Informação relevante para investidores (acionistas): a Demonstração de Fluxo de Caixa revela qual a capacidade de expansão da empresa utilizando-se de recursos próprios (gerados pelas operações), ou seja, qual o papel cumprido pelo autofinanciamento. Revela se a empresa tem capacidade de distribuição de lucros e/ou se a política de distribuição não compromete sua saúde financeira. Os investidores, amparados pela Demonstração de Fluxo de Caixa presente em conjunção com outras informações (investimento em tecnologia, novos negócios, novos produtos, mercado potencial em expansão, demonstrações contábeis e outras evidenciações), têm condições de analisar sobre o Fluxo de Caixa Futuro, pois a capacidade de gerar caixa futuro é uma das abordagens para se chegar ao valor de mercado de uma empresa.

7. CICLO FINANCEIRO

Uma empresa, por menor que seja, é uma organização complexa, cujo desempenho sofre influência de vários fatores internos e externos. Para detectar a causa de problemas, ou mesmo entender as razões de resultados positivos, o empresário precisa fazer um diagnóstico, considerando os diversos aspectos de seu negócio. É a precisão deste diagnóstico – análise econômico-financeira – que vai lhe permitir superar crises ou traçar uma estratégia segura de crescimento.

Quando se fala de situação econômica de uma empresa, está se referindo a sua variação patrimonial. Ou ao lucro, se esta variação for a maior, ou ao prejuízo, se o patrimônio estiver decrescendo uma curva decrescente.

A palavra financeira refere-se apenas à movimentação de valores monetários. Quando se analisa a situação financeira de uma empresa, está se falando exclusivamente de sua liquidez, a sua movimentação de caixa e sua capacidade de gerar dinheiro para saldar seus compromissos. Numa transação normal de vendas, esses dois conceitos se aliam. Existe uma operação meramente financeira, de ingresso de recursos no caixa, que gera lucro e, portanto, modifica a situação econômica.

Para proceder à análise econômico-financeira de uma Empresa, o empresário vai precisar de informações que constam de seu balanço patrimonial, do controle de caixa e do controle de estoque.

Os indicadores econômico-financeiros são valores quantitativos, ou seja, números utilizados para identificar a situação e o desempenho econômico-financeiro de uma Empresa. Depois de apurados, eles devem ser comparados com os resultados de períodos anteriores e com as projeções, no processo de análise e avaliação.

Índice de rentabilidade. É um importante indicador econômico das empresas, mostra a eficiência com que o negócio está sendo administrado. É obtido dividindo o lucro líquido pelo patrimônio líquido.

Índice de lucratividade. É importante indicador para o empresário traçar sua estratégia de negócios. É obtido pela divisão do lucro líquido pela renda operacional líquida.

Índice de liquidez. Este é um indicador financeiro, vai demonstrar quanto a empresa possui em créditos para quitar suas despesas. Chega-se ao índice de liquidez dividindo o ativo circulante pelo passivo circulante da empresa.

8. CONSIDERAÇÕES SOBRE ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS RELACIONADOS COM A LIQUIDEZ

Os conceitos de liquidez destacam-se na administração financeira como sendo um dos pontos mais analisados para que a empresa possa operar de acordo com os objetivos e metas a que se propõe sua diretoria. Com a liquidez a empresa terá recursos para liquidar tempestivamente os seus compromissos junto a terceiros, ter credibilidade e segurança, e aproveitar oportunidades de mercado.

Para melhor compreensão da função liquidez, é importante o conhecimento do conceito de fluxo de caixa como instrumento utilizado pelo gestor financeiro com o objetivo de apurar os somatórios das entradas e saídas financeiras da empresa, em determinado período, visualizando assim, se haverá excedente ou escassez de caixa, em função do nível desejado de caixa pela empresa.

A análise econômico-financeira de uma empresa, deve ser vista por uma perspectiva qualitativa e quantitativa, tendo-se em mente conhecer as possibilidades de transformação em recursos financeiros, indispensável para a manutenção operacional da empresa. Além disso, objetiva extrair informações a partir das demonstrações contábeis, com a finalidade de que sirvam de base para a tomada de decisão (MATARAZZO, 1998).

Os Dados contábeis apresentam como apenas uma parte da base de informações sobre a qual apoiam-se as previsões e as decisões. Podemos dizer, então, que a análise de indicadores econômicos propõe a estabelecer relações entre os dados econômico-financeiros da empresa, determinar os pontos de estrangulamento e de desequilíbrio, utilizar os dados internos e externos à empresa, comparar os dados obtidos com os padrões pré-fixados, e, constatar o progresso ou regresso da empresa.

A partir das relações que se podem estabelecer entre certas contas extraídas do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado do Exercício e outras, é possível construir uma série de índices. Entretanto, cabe ressaltar que apenas um índice, só se torna válido, quando relacionado com outros índices estabelecidos pela empresa, demonstrando, assim, a liquidez e a rentabilidade da empresa. Vale ressaltar que para que uma análise seja consistente e que tenha validade, não é necessário cálculo de um grande número de índices, mas de um conjunto que possibilite conhecer a real situação da empresa, e com profundidade necessária.

Importante lembrar que mesmo os indicadores de curto prazo, já não refletem o desempenho recente ou futuro da empresa. Os índices econômico-financeiros não indicam a origem de eventuais problemas e nem possibilitam a previsão de tendências. Talvez, justamente por isso, que a análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa, deva ser analisada em conjunto com as demais para que se supra essa necessidade e preencha essa lacuna deixada pelas demais demonstrações.

9. NÚMEROS DE CAIXA VERSUS NÚMEROS DE COMPETÊNCIA

A seguir apresentaremos a diferença entre números de caixa e números de competência. Para tanto, utilizaremos de um exemplo:

ARTIGO

Quadro 06: Balanço Patrimonial - acumulado

Ativo		1.315.172
Circulante		949.172
Caixa	80.172	
Aplicação financeira	400.000	
Estoque de Veículos novos	354.000	
Estoque de Veículos usados	71.000	
Estoque de peças	26.000	
Clientes peças e assist. técnica	18.000	
Permanente		366.000
Terrenos	70.000	
Obras civis	126.000	
Móveis e utensílios	43.000	
Máquinas e equipamentos	70.000	
Veículos	36.000	
Computadores / software	21.000	
Passivo		1.315.172
Circulante		858.357
Investimentos a pagar	4.000	
Salários e encargos a pagar	50.800	
Outras obrigações a pagar	25.200	
Tributos a pagar	24.800	
Financiamentos	22.557	
Fornecedores veíc. Novos	680.000	
Fornecedores de peças	51.000	
Exigível a longo prazo		21.819
Financiamentos	21.819	
Patrimônio líquido		434.996
Capital	280.000	
Lucros acumulados	154.996	

Quadro 07: Demonstração do Resultado do Exercício - Acumulado

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Receita de vendas		298.000	789.500	1.482.500	2.349.500	3.383.500
CMV		241.000	662.500	1.230.700	1.918.100	2.719.700
Lucro Bruto		57.000	127.000	251.800	431.400	663.800
Salários e encargos	18.600	40.000	66.300	99.700	139.000	180.000
Outras despesas	10.200	43.000	76.900	123.600	181.600	239.600
Tributos		10.400	24.200	39.100	57.500	82.300
Encargos financeiros			1.800	3.552	5.254	6.904
Resultado líquido	(28.800)	(36.400)	(42.800)	(14.152)	48.046	154.996

Quadro 08: Demonstração dos fluxos de caixa

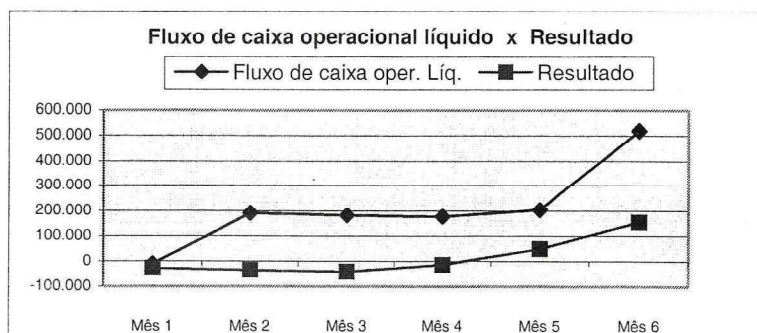
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Acumul.
ATIVIDADES OPER.							
Rec. Clientes veíc. novos		191.000	338.500	446.400	450.000	675.400	2.101.300
Rec. Client. veíc. Usados		24.000	42.500	87.000	112.000	144.000	40.950
Rec. Clientes peças		28.000	42.000	74.000	118.000	160.000	422.000
Pag. Forn. Veíc. Novos			(340.000)	(510.000)	(507.000)	509.000	(1.866.000)
Pag. Forn. Veíc. Peças			(30.000)	(22.000)	(43.000)	(46.000)	(141.000)
Pag. Sal. E encargos		(15.500)	(17.500)	(22.300)	(36.200)	(37.700)	(129.200)
Pg. Outras despesas	(10.200)	(27.100)	(32.000)	(42.600)	(50.400)	(52.100)	(214.400)
Pag. Tributos			(10.400)	(13.800)	(14.900)	(18.400)	(57.500)
Pg. Encargos financ.			(1.800)	(1.752)	(1.702)	(1.650)	(6.904)
Fluxo de caixa oper.	(10.200)	200.400	(8.700)	(5.052)	26.798	314.550	517.796
ATIVIDADES INVESTIM.							
Terrenos	(70.000)						(70.000)
Obras civis	(50.000)	(76.000)					(126.000)
Móveis e utens.	(23.000)	(10.000)	(10.000)				(43.000)
Máquinas e equip.	(20.000)	(50.000)					(70.000)
Veículos			(36.000)				(36.000)
Computadores / soft.			(5.000)	(4.000)	(4.000)	(4.000)	(17.000)
Total investimentos	(163.000)	(136.000)	(51.000)	(4.000)	(4.000)	(4.000)	(362.000)
ATIVIDADES FINANC.							
Recursos próprios	180.000	100.000					280.000
Financiamentos		50.000	(1.332)	(1.380)	(1.430)	(1.482)	44.376
Total financiamentos	180.000	150.000	(1.332)	(1.380)	(1.430)	(1.482)	324.376
Caixa líquido do período	6.800	214.400	(61.032)	(10.432)	21.368	309.068	480.172
Saldo inicial - disponib.	-	6.800	221.200	160.168	149.736	171.104	-
Saldo final - disponib.	6.800	221.200	160.168	149.736	171.104	480.172	480.172

Quadro 09: Quadro comparativo entre o Fluxo de Caixa Operacional Líquido e o Resultado Líquido.

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Fluxo de caixa oper. Líq.	(10.200)	190.200	181.500	176.448	203.246	517.796
Resultado	(28.800)	(36.400)	(42.200)	(14.152)	48.046	154.996

Fonte: Quadros 06, 07, 08 e 09: CAMPOS FILHO (1999).

Gráfico 01: Comparativo entre o fluxo de caixa operacional líquido e o resultado líquido.



Fonte: CAMPOS FILHO (1999).

Verifica-se que os resultados são bem diferentes. Portanto, pode-se dizer com tranquilidade que os números de caixa não podem ser desprezados para fins gerenciais e de planejamento. Os comportamentos dos números são distintos e necessitam de análise distinta. Enquanto os números de competência possuem comportamento econômico, os números de caixa revelam com precisão a situação financeira da empresa.

10. CONCLUSÃO

A liquidez é um dos fatores que determinam possibilidades de êxito e fracasso de uma empresa, liquidez é a capacidade que a empresa tem de saldar seus compromissos na medida em que forem vencendo.

Como o dinheiro é um elemento crítico para as operações e de máxima importância para não se ir a falência, sugere-se a inclusão da projeção da Demonstração dos Fluxos de Caixa através da projeção das Demonstrações Contábeis para um longo período, a fim de estimar o saldo para credores, investidores e outros.

O objetivo foi alcançado, revelando a valiosa informação gerada pela demonstração dos fluxos de caixa. No intuito de preservar a sua continuidade operacional, a empresa precisa dos fluxos de caixa necessários para honrar suas obrigações, adquirir e financiar os ativos circulantes e fixos. Revela a composição dos fluxos de caixa na medida em que deixa bem nítido de onde provêm os recursos necessários para a continuidade de investimento e atividades de financiamento. Deixa evidenciada a capacidade de pagamento da empresa e serve de base para projeção de fluxos de caixa futuros. Revela ainda, qual a capacidade de expansão da empresa utilizando-se de recursos próprios gerados pelas operações, ou seja, qual o papel cumprido pelo autofinanciamento. Revela se a empresa tem capacidade de distribuição de lucros e/ou se a política de distribuição não compromete sua saúde financeira. Os Investidores amparados pela DFC presente em conjunção com outras informações, tem condições de inferir sobre o fluxo de caixa futuro, pois, a capacidade de gerar caixa futuro, é uma das abordagens para se chegar ao valor de mercado de uma empresa.

Em suma este trabalho não teve em nenhum momento a intenção de inovar ou apresentar novas teorias ou formulações contábeis. A preocupação maior é de trazer novos questionamentos e propostas para pesquisas futuras com o objetivo de discutir novos conceitos e de testar a hipótese levantada de que a DFC é válida para determinar a liquidez das empresas.

11. BIBLIOGRAFIA

CREPALDI, Sílvio Aparecido. *Contabilidade Rural Uma abordagem Decisorial*. 2ª. ed. São Paulo. Atlas, 1998.

FILHO, Ademar Campos. *Demonstração dos Fluxos de Caixa*. São Paulo: Atlas, 1999.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB) – *Accounting Standards*. John Wiley & Sons, Inc., 2002/203 Edition.

FIPECAPI. *Normas e práticas contábeis no Brasil*. 2. ed. São Paulo. Atlas, 1994.

HERNANDEZ PERES JUNIOR, José. *Convenção de demonstrações contábeis em moeda estrangeira*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKLE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (aplicável às demais sociedades)*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de & LOPES, Alexsandro Broedel. *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. *Dicionário de Termos de Contabilidade*. São Paulo. Atlas, 2001.
- LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. *DOAR – Uma Morte Anunciada*. Caderno de Estudos, n. 9. São Paulo: FIPECAPI, JUL/DEZ/1997.
- MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanços*. 5ª. ed. São Paulo. Atlas, 1998.
- MARTINS, Eliseu e ASSAF NETO, Alexandre. *Administração Financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1985.
- MARTINS, Eliseu. *Contabilidade Versus Fluxo de Caixa*. Caderno de Estudos, n. 20. São Paulo: FIPECAPI, jan/abr 1999.
- MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. *Dicionário de termos e negócios: inglês-português, português-inglês*. São Paulo: Edcta, 1999.
- SALOTTI, Bruno Meirelles & YAMAMOTO, Marina Mitiyo. *A Estimativa do Fluxo de Caixa das Operações representa o real fluxo de caixa das operações?* – Revista Contabilidade e Finanças – USP, n. 35. São Paulo, mai/ago 2004.
- SILVA, J. *Análise financeira das empresa*. São Paulo. Atlas, 1988.
- SILVA, César Augusto Tibúrcio et al. *Fluxo de Caixa e Doar*. Caderno de Estudos, vol. 9., n. 16. São Paulo: FIPECAFI, Out/1993.
- Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 35, p. 7-21, mai/ago 2004.
- TELES, E.L. *A Demonstração de Fluxo de Caixa como forma enriquecimento das demonstrações contábeis exigidas por lei*. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 26, n. 105, p. 64-71, 1997.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. *Guia para normatização de referências: NBR 6023:2002*. 2. ed. Vitória 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. *Normatização de Trabalhos Científicos e Acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES*. 6. ed. Vitória 2004.
- ZEFF, Stephen A. The Rise of “Economic Consequences” in ZEFF, Stephen A. & DHARAN, Bala. *Readings and Notes on Financial Accounting: Issues and Controversies*. 5th ed. Irwin/McGraw-Hill.